

Governo quer negociar com o FMI um acordo de cinco anos

por Cláudia Safaite
de Brasília

O governo brasileiro negocia um acordo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que, de preferência, abarque os cinco anos da gestão do presidente Fernando Collor de Mello. Esse foi um dos temas da conversa que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, manteve ontem com o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, na primeira visita oficial de Kafka após a edição do programa de estabilização econômica.

A informação transmitida por ele à ministra da Economia foi de que o plano foi "muito bem recebido" pela direção do Fundo, na medida em que seu desenho ousou mais que o próprio receituário da instituição, deixando anteverso, assim, que as possibilidades de um acordo "stand-by" são boas. Esse tipo de acordo é feito em cima de metas trimestrais rígidas, tanto monetárias quanto fiscais e de balanço de pagamentos e somente após checado o cumprimento



Zélia Cardoso de Mello

das metas é que o FMI autoriza os desembolsos de recursos ao país que subscreve o acordo "stand-by".

Na primeira semana de maio a ministra da Economia participará, em Washington, da reunião anual do comitê interino do FMI e do conselho de desenvolvimento do Banco Mundial. Nessa ocasião ela terá um encontro com o diretor-gerente do FMI, Michel Candessus, para traçar as bases políticas desse acordo, que será o aval concreto para a renegociação da dívida externa com os bancos credores.

Zélia Cardoso de Mello nesse encontro poderá avançar também nas linhas básicas da proposta que o governo brasileiro deverá apresentar aos bancos credores, também em maio, para o refinanciamento da dívida que monta, junto às instituições financeiras privadas, a quantia de US\$ 66 bilhões.

A estratégia da negociação externa está praticamente definida e há idéias inovadoras em pauta. Uma hipótese ainda prematura mas não descartada passaria pela busca de novos canais junto à comunidade financeira internacional, que não necessariamente o comitê de bancos credores. O próprio documento "Dirigentes de ação do governo Collor", que orientou a campanha eleitoral do então candidato Fernando Collor de Mello à Presidência da República, menciona a proposta de uma "renegociação descentralizada, tratada caso a caso (...)" No bojo dessa sugestão, que deverá fazer parte de um "menu" de opções de negociação com os bancos credores, estaria a retirada do aval do Tesouro

Nacional aos inúmeros empréstimos contratados no passado.

O eventual desejo de buscar interlocutores novos que não exatamente o comitê assessor de bancos — uma espécie de clube dos credores — não é novo. Ele fazia parte do plano de renegociação do ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, sob o argumento de que os interesses representados pelo comitê não refletiam, na sua totalidade, as intenções do universo de bancos credores. Ou seja, as necessidades de bancos regionais americanos, credores do Brasil, não seriam coincidentes com as de bancos europeus ou japoneses, por exemplo.

O embaixador Jório Dauster, escolhido como negociador externo, deverá conduzir a busca de um acordo com o FMI, a renegociação com os bancos credores privados e junto ao Clube de Paris, onde se negociam as dívidas entre governos. Na agenda da ministra da Economia, o Clube de Paris deverá ser o último do cronograma do acerto externo.